

OS CREDORES, PREOCUPADOS.

O Citicorp eleva as suas reservas para perdas, já pensando na dívida do Brasil como prejuízo.

O maior credor do Brasil, o Citicorp, tomou ontem a decisão de elevar para 3 bilhões de dólares as suas reservas para perdas eventuais neste segundo trimestre do ano. Este pode ser o primeiro passo para o início de uma ação judicial contra o Brasil.

"Se o Brasil não se mexe, os bancos terão que deduzir o principal de seus lucros, usando reservas. No momento em que fizerem isto, poderão descontar no imposto de renda a perda que tiveram no Brasil. Mas, antes, deverão esgotar os recursos para cobrar. Como farão isto? Entram na Justiça, com uma ação executiva. Isto é algo que já foi cogitado aqui, em Nova York, mas até agora ninguém tomou a iniciativa" — explicou um banqueiro, durante uma entrevista sobre o terceiro mês da moratória, que se completa hoje.

O Brasil só é mencionado, diretamente, uma única vez, no longo comunicado do Citicorp distribuído à imprensa, numa lembrança de que os juros de sua dívida, que não são pagos com a moratória, só serão contabilizados quando recebidos. Mas parece ser o alvo. A sua dívida com o banco é de 3,9 bilhões de dólares, dos quais 700 milhões são de linhas de curto prazo que rendem juros. O Citicorp aumentou suas reservas, "para possíveis perdas creditícias relacionadas com a dívida externa", em 3 bilhões. Coincidência? Não, comentava-se ontem. O Citicorp chegou a acordos com a maioria de seus grandes devedores, menos o Brasil.

O presidente do Citicorp, John S. Reed, explica no comunicado: "Este aumento nas reservas está relacionado com a dívida externa dos países em desenvolvimento e com nosso compromisso de continuar desempenhando um papel construtivo em sua solução. O aumento na reserva representa aproximadamente 25 por cento dos nossos empréstimos de dívida externa a países em desenvolvimento que tenham reestruturado sua dívida externa".

O comunicado informa que o aumento de 3 bilhões de dólares elevará as reservas do banco para 3,7 por cento, aproximadamente, do total de seus empréstimos. Depois de efetuada esta reserva, o capital primário do Citicorp será de 14,5 bilhões de dólares, o que significa um aumento de cerca de 500 milhões de dólares sobre a cifra de 31 de março deste ano. Este capital representa 7,1 por cento de seus ativos, o que é mais do que o requerido pelos regulamentos bancários dos Estados Unidos.

Assumindo a dívida do Brasil como prejuízo, o Citicorp coloca-se também numa posição melhor para uma eventual negociação, sem estar sujeito a nenhum tipo de pressão. Para o banco, aparentemente, nada acontecerá. Ele continuará tendo lucros em outras áreas. Vende alguns ativos, perdendo no ano todo uma quantia estimada em 1 bilhão de dólares.

Diz o comunicado: "Este aumento substancial das reservas (em três bilhões de dólares) vai resultar numa perda dos resultados do Citicorp para o trimestre de aproximadamente 2,5 bilhões de dólares. Tomando como base os resultados projetados nos negócios normais do ano, o impacto tributário do aumento desta reserva, somado aos resultados do produto da venda de alguns ativos, o exercício de 1987 mostrará uma perda de aproximadamente um bilhão de dólares".

A decisão do Citicorp foi tomada com base num amplo estudo das tendências da economia mundial e o impacto que poderão ter sobre seus principais clientes. Para isso, o conselho de diretores fez uma análise profunda da dívida externa dos países em desenvolvimento, levando em conta os vários acordos negociados com os principais países devedores durante os últimos meses, assim como sua decisão de contabilizar os juros de seus empréstimos ao Brasil somente quando forem realmente recebidos — o **status de non-accrual** anunciado para a dívida brasileira no último dia 30 de abril.

O Citicorp foi o primeiro a ameaçar pôr a dívida brasileira no **status de non-accrual**, sendo seguido por todos os grandes bancos americanos. Será que agora ele está abrindo um novo caminho por onde todos passarão? Os bancos pequenos podem assumir seus empréstimos com o Brasil sem o perigo de falência? Os analistas econômicos, ontem, em Washington e em Nova York, estavam confusos, surpreendidos com a decisão do Citicorp, anunciada no final da tarde, depois do fechamento da Bolsa de Valores, evitando assim que começasse uma corrida especulatória.

Mas o que o Citicorp procurou fazer foi exatamente o contrário: evitar os rumores. O texto do seu comunicado diz, num momento: "Ao anunciar esta medida, o Citicorp enfatiza que a iniciativa não significa uma mudança em sua postura em relação à dívida externa, nem afeta seu apoio completo ao processo estabelecido pelos comitês de bancos credores, nem sua atitude para com os principais países devedores. O Citicorp, ao contrário, continuará dando muito apoio à iniciativa do secretário do Tesouro norte-americano, James Baker, em todos os seus aspectos, já que continuará trabalhando para tornar realidade o regresso dos principais países devedores ao mercado voluntário de capitais a nível mundial. Neste sentido, a corporação acentuou sua ativa participação nos mercados locais na maioria dos países que enfrentam problemas de dívida externa, e indica seu desejo de continuar apoiando e participando das recentes negociações da dívida externa da Argentina, do Chile, do México, das Filipinas e da Venezuela".

O Citicorp enviou seu comunicado às autoridades bancárias e monetárias de todo o mundo.

Moisés Rabinovici,
de Washington

Idéia:

embargar a ferrovia.

O ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, informou ontem à noite, através de nota à Imprensa, que a decisão do Citibank de aumentar para US\$ 3 bilhões suas reservas em função de prejuízos projetados para este ano, "não altera em nada a política brasileira em relação à dívida externa nem as relações do País com o Citibank".

A nota, distribuída pelo porta-voz de Bresser, Francisco Backer, diz que o ministro recebeu, no início da noite de ontem, visita do presidente do banco no Brasil, Michael Kelland, informando-o oficialmente da decisão.

A nota diz também que Kelland transmitiu a Bresser mensagem do presidente do Citibank, John Reed, de que a instituição "continua disposta a colaborar com o Brasil, inclusive através de aporte de recursos novos, quando houver a renegociação da dívida".